

JT
17/9/99 p. 2A
40

Brasileiro é louco?

Fernão Lara Mesquita

O povo, em sua proverbial sabedoria, coloca a fronteira da loucura na disposição do freguês de rasgar dinheiro. "Fulano parece louco." "Sim... Mas ele rasga dinheiro?" Se rasga, é louco mesmo. Se não rasga, só parece.

Quem olha de fora para o problema ambiental brasileiro há de concluir que somos todos loucos. Nós não rasgamos, nós queimamos dinheiro, dirá o habitante de qualquer lugar do mundo que não seja este em que vivemos. Pois temos nas mãos, plantado por Deus ao lado do maior e mais rico mercado do mundo – os Estados Unidos –, o último grande parque de diversões natural do planeta. Algo cujo valor não se expressa pela raridade – aquilo que define o preço das coisas nas economias de mercado –, mas, literalmente, pela exclusividade...

...e fazemos disso carvão!

Quando muito, comportamo-nos como Midas ao avesso: trocamos o ouro que ninguém tem e todo mundo quer por madeira de segunda ou pastagens ou, ainda, área para plantio de grãos que todo mundo tem de sobra e pelos quais ninguém paga nada. E fazemos isso exatamente no momento em que, em toda a parte, faz-se o inverso, à custa de bilhões: reconstitui-se a natureza destruída, transformada em pastagem ou terra de cultivo, porque é isso que o mercado procura nesse mundo de urbanóides espremidos em lugares imundos, de onde não se pode enxergar mais que a parede suja de poluição do vizinho.

Mas seremos mesmo loucos, os brasileiros todos? E loucos daquele tipo que rasga dinheiro, sabendo que dinheiro é?

Nada disso.

Ainda neste fim de milênio, é o Estado quem tem o poder de definir até onde o mercado vai. E o mercado que mais cresce no mundo – o das atividades esportivas praticadas na natureza; o das atividades esportivas que requerem, para funcionar, o bom estado de conservação da natureza – continua fechado por nossas leis.

Por isso os brasileiros seguem queimando aquilo que, em qualquer outro país do mundo, valeria ouro do jeito que está, e porque está do jeito que está.

Tem toda a lógica do mundo, aqui neste país maluco, aquilo que, para o resto dos mortais, parece coisa de maluco. Pois a única maneira de dar utilização econômica a minas de ouro como são as florestas da Amazônia, aqui, nesta Pindorama, é destruindo o ouro que a recobre e as preciosidades que ele engendra, mas que estamos proibidos de usar. A única forma de tirar valor econômico da Amazônia, segundo nossas leis, é usando o que sobrar dela, depois de atirado fora o ouro natural que a recobre, e que só é ouro enquanto vivo.

Foi saudado como "um avanço" o último ato de desespero do governo diante do resultado inevitável de nossa política ambiental, que é a destruição sistemática, pelo fogo, das nossas florestas – tornadas empecilhos, barreiras contra "o progresso" por nossas leis. "Agora sim, com multas progressivas, serão punidos todos que queimarem florestas." Mais uma daquelas leis que partem do princípio de



O mercado que mais cresce no mundo – o das atividades esportivas praticadas na natureza – continua fechado por nossas leis

que a queimada é um fato consumado que pode, no máximo, ser punido a posteriori. Continuamos a recusar a grande ferramenta que mudou a cara, que mudou o jogo de forças na luta pela conservação ambiental. Se a destruição ambiental é, como é, função da pressão econômica, a solução está em criar uma pressão econômica mais forte, na direção contrária; na direção da conservação. Foi a partir desse raciocínio de clareza cristalina que se fez da conservação ambiental um negócio. E não apenas mais um negócio. A necessidade imperiosa do ser humano de fugir, com frequência cada vez maior, da pobreza do ambiente artificial de que ele próprio se cercou fez desse negócio um dos que mais prosperam no mundo.

Mas não no Brasil. Aqui, traduz-se "uso sustentado da natureza" por destruição dos habitats necessários para que a floresta siga gerando os frutos que produz em abundância – a fauna e a flora –, e não a coleta contro-

Faz todo sentido queimar florestas, tornadas empecilhos ao desfrute econômico, no país que proíbe que se colha os seus frutos

lada desses frutos. Aqui, quando o governo cria um parque, é para vedá-lo ao público. É para impedir qualquer uso dele. Se quiser usar, tem de destruir. É madeireiro, é minerador, é boiadeiro, é graneleiro. Isso sim é que é progresso!

Em volta do Brasil, dos Estados Unidos de Roosevelt, o primeiro a descobrir essa mina de ouro, há um século, a Fidel Castro, que é daqueles loucos que não rasgam dinheiro, ninguém nega o valor dessa mina de ouro. E todos se beneficiam dela. Oitenta e cinco mil americanos pagaram em dólares, que Fidel recebeu sem nenhum pudor, para caçar em

sua ilha no ano passado. Mas no Brasil continua proibida essa ferramenta, que é o cerne da indústria do turismo ambiental, a essência do "uso sustentado da natureza" que o bicho homem praticou desde sempre, sem prejuízo para ele ou para a natureza, a única atividade que se interessa pelas áreas ecologicamente importantes, que não são aquelas em que se pratica o chamado ecoturismo dos urbanóides, onde tudo que é necessário são belas paisagens e a garantia de isolamento do freguês daquilo que realmente é a natureza. No Brasil, continua proibida esta que é a ferramenta que gera o dinheiro com que está sendo reerguida a qualidade ambiental em todo o planeta.

Ninguém precisa da ameaça de multas para preservar esses lugares porque só os loucos rasgam dinheiro. E preservar esses lugares, onde é permitido colher os seus frutos, dá muito dinheiro. Uma quantidade enorme, mesmo, de dinheiro. Muito mais que a madeira (US\$ 20 bilhões por ano em todo o mundo contra US\$ 176 bilhões por ano com caça e pesca esportiva só nos EUA). O dinheiro que paga a reconstrução do que foi destruído antes que isso passasse a ter o valor que tem hoje. O dinheiro que compra áreas íntegras para mantê-las íntegras, e não para destruí-las ou para mudar a sua natureza. O dinheiro que sustenta e emprega populações inteiras naquilo que elas sabem e gostam de fazer, e garante a continuação das espécies animais que sustentam esse negócio.

Esse caminho, as leis brasileiras recusam, vedam, proíbem, desincentivam ou simplesmente ignoram, ainda que salvar o que ainda dá pra salvar seja questão de urgência urgentíssima. A US\$ 200 de distância do maior mercado consumidor desse tipo de turismo no mundo, proibimos a sua exploração. O amazonense, se quiser prosperar, tem de destruir o único mundo que entende. Tem de mudar de vida. Tem de ir trabalhar em fábrica e viver em favela de periferia de megalópole. Ou virar bóia-fria. Preferimos madeireiros – nacionais ou asiáticos –, mineiros, plantadores da soja pela qual ninguém paga um tostão, do que guias, hoteleiros, agentes de viagens, prestadores de serviço ganhando muito sem ter de investir nada, nem de mudar de vida ou aprender o que nunca quiseram aprender, e vivendo da floresta como ela sempre foi. Queremos ver "o progresso da Amazônia" feito a machado (fogo, não, que isso aparece em fotografia de satélite!). E confiamos que o fiscal de salário mínimo, lá nos confins da selva, garanta tudo isso a poder de multas; que segure o poder econômico à força de autuações, agora elevadas a um valor em que qualquer 10% pelo perdão põe no bolso desse pobre mortal aquilo que ele não ganharia em cinco vidas de trabalho.

E, missão cumprida! Vão dormir tranquilos os que formulam e executam a nossa "política ambiental" e todos os que os assessoram.

Os loucos não são os brasileiros. São os governantes que mandam neles.

Fernão Lara Mesquita é jornalista

P.S. – Excepcionalmente, publicaremos o artigo de Gilberto de Mello Kujawski no sábado